

CAMPANHA PARA EVITAR NOVO ERRO HISTÓRICO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 24.01.1984

A história brasileira está marcada por algumas campanhas políticas memoráveis: a luta pela independência, a campanha da abolição da escravatura que quase se confundiu com o movimento republicano, a luta pela extinção da ditadura de Vargas em 1945 a campanha pelo monopólio estatal do petróleo, a luta pelos direitos humanos e pela anistia. São momentos privilegiados da história em que os trabalhadores e as classes dominantes começam a falar a mesma linguagem, em que o povo e a sociedade civil se confundem em que a nação se manifesta.

Em janeiro de 1984, quando as campanhas pelas eleições diretas ganham força, vai para a praça pública, toma as mentes e os corações de todos, há claros indícios de que estamos novamente diante de um desses momentos privilegiados da história.

Esta campanha já vinha se esboçando no segundo semestre de 1983, quando o lamentável jogo dos presidencialistas do PDS em busca dos votos de um colégio eleitoral sem legitimidade, e de apoio de um empresariado que dessa forma se distanciava da nação revelou sua debilidade essencial.

Alguns, como Aureliano e Beltrão, aplicavam-se mais em obter o apoio do empresariado; outros, como Maluf e Andreazza, iam direto em busca dos votos dos convencionais. Mas todos dedicavam-se claramente a um jogo infeliz para não dizer impatriótico, porque destinado a formar um novo governo sem legitimidade e portanto sem efetivo poder para enfrentar a profunda crise econômica em que vivemos.

A legitimidade, ou seja, o apoio da sociedade civil foi definitivamente perdida pelo regime militar implantado em 1964 em meados do governo Geisel. Se quisermos dar uma

data para o evento, lembramos o início de 1977, quando o presidente decretou o “pacote de abril”.

A imposição à nação do presidente João Figueiredo, em 1978, já foi, portanto, um sinal de irresponsabilidade nacional; foi um erro histórico, independentemente das características pessoais do novo presidente. A imensa crise econômica que hoje o país enfrenta certamente não tem como sua causa essa decisão de tentar prorrogar por mais seis anos um regime que já esgotara suas virtualidades. Mas não há dúvidas de que os erros e a imobilização do estado no enfrentamento da crise estão diretamente relacionados com essa decisão.

Temos sempre, personalisticamente, a tendência a atribuir a culpa a este ou àquele governante, mas é óbvio que a “incompetência” do governo não tem nada de pessoal, mas é estrutural; o governo simplesmente não tem poder para governar, porque lhe falta legitimidade perante a sociedade civil.

O Brasil está, portanto pagando caro pelo erro de 1978. Em 1983 e 1984 os mesmos atores, com a cumplicidade agora de um número menor de membros das classes dominantes, tenta cometer o mesmo erro - um erro que só beneficia a eles próprios e põe em risco todo o futuro do país.

É nesse contexto que a campanha pelas eleições diretas ganha impulso. Torna-se um imperativo moral, e uma oportunidade única de participação política.

Esta campanha provavelmente ficará na história do Brasil. E cada um de nós, no futuro, ou lamentará por não ter dela participado, ou se alegrará porque ajudou a fazer a verdadeira história deste país.(24/01)